

MARCO AURÉLIO SERAU JUNIOR

CURSO DE
PROCESSO JUDICIAL
PREVIDENCIÁRIO

4.ª edição

revista, atualizada e ampliada



SÃO PAULO

- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2014 by

EDITORA MÉTODO LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714
metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rafael Molotievski

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M454c

Serau Junior, Marco Aurélio
Curso de processo judicial previdenciário / Marco Aurélio Serau Junior – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

ISBN 978-85-309-5249-5

1. Previdência social. 2. Processo civil. 3. Direito previdenciário. I. Título

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
PARTE I	
ASPECTOS CONCEITUAIS	
1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO	43
1.1 Processo Judicial Previdenciário e ação previdenciária	43
1.2 Princípios do Processo Judicial Previdenciário	49
2. O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	73
2.1 O devido processo legal em sentido material	77
2.1.1 O binômio razoabilidade e proporcionalidade	78
2.1.2 Outras características do princípio do devido processo legal em sentido mate- rial	84
2.2 O devido processo legal em sentido propriamente processual	85
2.2.1 Aspectos gerais	85
2.2.2 Alcance e abrangência do princípio	87
2.2.3 Alcance e abrangência do princípio particularmente no processo judicial previ- denciário	89
3. O DEVIDO PROCESSO LEGAL EM SENTIDO MATERIAL – INCIDÊNCIA NA ÁREA PREVI- DENCIÁRIA	99
3.1 O princípio do devido processo legal em sentido material: síntese	99
3.2 Os direitos fundamentais sociais: a posição da seguridade social	100
3.2.1 Evolução dos direitos fundamentais	100
3.2.2 A internacionalização dos direitos fundamentais	106
3.2.3 Os direitos sociais na Constituição Federal de 1988	108
3.2.4 Características jurídicas dos direitos sociais	110
3.2.5 Conclusão crítica: os direitos fundamentais em face da globalização e do neo- liberalismo	113
3.3 Efetivação dos direitos fundamentais: imposição do devido processo legal	116
3.4 Incidência do princípio do devido processo legal em sentido material na esfera previ- denciária – Consequências	124

PARTE II

ASPECTOS PROCESSUAIS

4.	DA AÇÃO PREVIDENCIÁRIA	139
4.1	Legitimidade	139
4.1.1	Legitimidade ativa: segurados/dependentes	139
4.1.2	Legitimidade passiva: INSS	140
4.1.3	Litisconsórcio passivo	142
4.1.4	Sucessão do polo ativo	144
4.2	Capacidade e representação processual	145
4.3	Atos processuais	147
4.3.1	Comunicação dos atos processuais	147
4.3.2	Prazos	149
4.3.3	Custas	149
4.3.4	Apresentação de documentos	150
4.4	Formação, suspensão e extinção do processo	150
4.4.1	Citação	150
4.4.2	Indeferimento liminar da inicial	150
4.4.3	Coisa julgada (previdenciária)	151
4.4.4	Condições da ação	153
4.4.4.1	Interesse de agir: o prévio exaurimento das vias administrativas e o princípio constitucional do acesso à justiça	154
4.4.4.2	Carência de ação por perda superveniente de objeto: concessão administrativa de benefício	168
4.4.4.3	Homologação de transação entre as partes	169
4.4.5	Prescrição e decadência	171
4.5	Do processo e do procedimento	175
4.5.1	Tutela antecipada	176
4.5.2	Contestação	180
4.5.3	Valor da causa	182
4.6	Julgamento conforme o estado do processo	186
4.7	Fato novo no curso do processo	187
5.	DA COMPETÊNCIA	191
5.1	A competência para processar e julgar matéria previdenciária definida na Constituição Federal de 1988	191
5.2	Competência subsidiária da Justiça Estadual em matéria previdenciária	193
5.3	Competência subsidiária da Justiça Estadual para o julgamento do benefício da assistência social	200
5.4	Competência para julgar matéria relativa a acidentes de trabalho	203
5.5	Competência dos Juizados Especiais Federais	206
5.6	Competência para julgar matéria previdenciária e o art. 109, inc. V-A, da Constituição Federal	208
5.7	Competência para julgar o dano moral previdenciário.....	210
	Resumo esquemático	211

6. DO ACESSO À JUSTIÇA	213
6.1 Varas especializadas em Direito Previdenciário	213
6.2 A prioridade conferida ao idoso	216
6.3 A gratuidade processual	217
7. DAS PROVAS	219
7.1 O princípio do devido processo legal em sentido propriamente processual: síntese	219
7.2 A garantia constitucional de ampla defesa e a amplitude da produção probatória	220
7.2.1 A apreciação do conjunto probatório pela Administração Pública e pelo Poder Judiciário	231
7.3 Algumas peculiaridades sobre a matéria probatória em tema de processo judicial previdenciário	236
7.3.1 Das provas	237
7.3.2 Prova documental	246
7.3.3 Prova testemunhal	251
7.3.4 Prova pericial	261
7.3.5 Prova da pobreza em casos do benefício de assistência social	274
7.3.6 Inspeção judicial	280
7.4 A inversão do ônus da prova	282
7.5 Prova emprestada da justiça trabalhista	284
8. DO MINISTÉRIO PÚBLICO	287
8.1 A atuação do Ministério Público no processo civil	287
8.2 A participação do Ministério Público nos processos judiciais previdenciários	290
8.3 Ações coletivas	295
8.3.1 Algumas ponderações sobre a atuação do Ministério Público nas ações coletivas ...	297
8.3.2 As ações coletivas em matéria previdenciária	299
9. DA SENTENÇA E DA APELAÇÃO	303
9.1 Os efeitos do recebimento do recurso de apelação em matéria previdenciária: efeito devolutivo e efeito suspensivo	303
9.1.1 Aspectos gerais	303
9.1.2 O regime original do art. 130 da Lei de Benefícios	305
9.1.3 A declaração de inconstitucionalidade do art. 130 da Lei de Benefícios	306
9.1.4 As alterações promovidas pela Lei 10.352/2001	306
Resumo esquemático	308
9.2 O reexame necessário nas ações previdenciárias	309
9.2.1 O regime previsto na Lei 9.469/1997	309
9.2.2 As alterações promovidas pela Lei 10.352/2001	312
9.2.2.1 Aplicação retroativa	313
9.2.2.2 Sentença ilíquida	314
9.2.3 O reexame necessário nos Juizados Especiais Federais	315
9.3 Aplicação do art. 285-A do CPC em matéria previdenciária	315
Resumo esquemático	318
10. DA EXECUÇÃO	319
10.1 Dos precatórios	320

10.1.1 Aspectos gerais	320
10.1.2 Os precatórios na seara previdenciária	322
10.1.3 A primeira sistemática vigente	323
10.1.4 Segunda etapa do regime de precatórios – A declaração de inconstitucionalidade do art. 128 da Lei de Benefícios	325
10.1.5 Terceira etapa do regime de precatórios: as Emendas Constitucionais 20/1998 e 30/2000	327
10.1.6 A Lei 10.259/2001	332
10.1.7 Lei 11.232, de 22.12.2005	333
10.1.8 A sistemática trazida pela Emenda Constitucional 62/2009	334
10.1.9 Os precatórios complementares	336
10.1.10 Conclusão crítica a respeito dos precatórios judiciais	338
10.2 Embargos à execução com fulcro na coisa julgada inconstitucional	340
10.3 Execução invertida	345
10.4 Termo inicial do benefício	347
10.5 Excesso de execução	348
10.6 Critérios de atualização da dívida previdenciária	351
Resumo esquemático	353
11. DO RECURSO DE AGRAVO	357
11.1 Cabimento	357
11.2 Modalidades do recurso de agravo: retida e por instrumento	358
11.3 Competência	360
11.4 Do processamento do agravo de instrumento nos tribunais	360
11.5 Principais problemas no processo judicial previdenciário	361
12. DO MANDADO DE SEGURANÇA	363
12.1 Concepção constitucional do mandado de segurança	363
12.2 O ato/fato impugnável em matéria previdenciária	364
12.3 Legitimidade ativa (impetrante)	368
12.4 Legitimidade passiva/autoridade coatora	368
12.5 Liminar	371
12.6 Do Ministério Público	372
12.7 Do mandado de segurança preventivo	373
12.8 Do mandado de segurança coletivo	374
12.9 Trâmite	374
12.9.1 Competência	374
12.9.2 Decadência	375
12.9.3 Processamento	376
12.9.4 Dos recursos	376
12.10 Do mandado de segurança nos juizados especiais federais	377
12.10.1 Requisitos	377
12.10.2 Competência	377
13. DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	379
13.1 Introdução aos recursos extraordinários	380
13.2 Dos requisitos de admissibilidade	381

13.2.1	Da impossibilidade de reexame de provas	381
13.2.2	Do esgotamento das instâncias recursais ordinárias	383
13.2.3	Interposição conjunta dos recursos extraordinários e especial	385
13.2.4	Ofensa indireta à Constituição Federal	386
13.2.5	Dissídio jurisprudencial	388
13.3	Tramitação dos recursos extraordinário e especial	388
13.3.1	Efeitos dos recursos	388
13.3.2	Do regime de retenção dos recursos extraordinários	389
13.3.3	Agravo contra inadmissibilidade dos recursos especial e extraordinário	390
13.3.4	Inovações processuais em matéria de julgamento de recursos especiais e extraordinários (repercussão geral e recursos especiais repetitivos)	391
13.3.4.1	O recurso extraordinário e a repercussão geral	391
13.3.4.2	O julgamento de recursos extraordinário e especial por blocos; a Súmula Vinculante	392
13.4	Da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais	394
14.	DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	397
14.1	Histórico	397
14.2	As vantagens dos Juizados Especiais Federais para a concretização dos direitos fundamentais	399
14.3	Do procedimento dos Juizados Especiais Federais	401
14.3.1	Aplicação subsidiária das normas dos Juizados Especiais Estaduais	402
14.4	Da petição inicial	402
14.4.1	Das partes processuais	403
14.4.2	Da ciência dos atos processuais	403
14.4.3	Dos prazos processuais	404
14.4.4	Da representação judicial e da possibilidade de conciliação e transação	404
14.4.5	Da revelia	406
14.4.6	Das cautelares e dos recursos	407
14.4.7	Da instrução probatória	410
14.4.8	Da sentença e seu cumprimento	411
14.4.9	Das Turmas Recursais e da Turma Nacional de Uniformização	411
14.4.10	Dos recursos extraordinário e especial	414
14.4.11	Da organização administrativa	415
14.4.12	Da competência exclusiva para processar e julgar ações previdenciárias	416
14.4.13	Da proibição de redistribuição de demandas anteriormente ajuizadas	416
15.	AÇÃO RESCISÓRIA	419
15.1	Noções gerais	419
15.2	Hipóteses de cabimento	420
15.3	Processamento e julgamento	424
	CONCLUSÕES	427

PARTE III PRÁTICA FORENSE

1.	INTRODUÇÃO	431
2.	PETIÇÃO INICIAL	432

2.1 Modelo	433
3. APRESENTAÇÃO DE QUESITOS DE PERÍCIA MÉDICA	435
3.1 Modelo	436
4. AGRAVO DE INSTRUMENTO	437
4.1 Modelo	438
5. RECURSO DE APELAÇÃO	441
5.1 Modelo	442
6. RECURSO INOMINADO	444
6.1 Modelo	445
7. MANDADO DE SEGURANÇA	449
7.1 Modelo	450
8. RECURSO ESPECIAL	454
9. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	461
10. CONTRARRAZÕES DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO	467
10.1 Modelo	468
11. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO	470
11.1 Modelo	471
12. AÇÃO RESCISÓRIA	476
12.1 Modelo	477

**PARTE IV
SÚMULAS EM MATÉRIA
PREVIDENCIÁRIA**

1. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)	483
1.1 Súmulas Não Vinculantes	483
1.2 Súmulas Vinculantes	484
2. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)	484
3. EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (TFR)	487
4. TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	488
4.1 TRF 1.ª REGIÃO	488
4.2 TRF 2.ª REGIÃO	490
4.3 TRF 3.ª REGIÃO	491
4.4 TRF 4.ª REGIÃO	493
4.5 TRF 5.ª REGIÃO	495
5. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	495
5.1 SÚMULAS	495
5.2 QUESTÕES DE ORDEM – INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO	500
BIBLIOGRAFIA	505